

LEI Nº 736, DE 03 DE SETEMBRO DE 2010.



**DEFINE NO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - PR O VALOR MÁXIMO DAS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR NOS TERMOS DOS § 3º E 4º DO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM Redação dada pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e Eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º** Ficam definidas como obrigações de pequeno valor as fixadas nesta lei para o pagamento direto, sem precatório, pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1º A obrigação de pequeno valor corresponderá ao maior benefício do regime geral de previdência social, apurado na data do recebimento da requisição.

§ 2º Os valores serão corrigidos e alterados na mesma forma do que for aplicado para a fixação do maior benefício do regime geral de previdência social.

§ 3º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante a expedição de precatório.

§ 4º Compõe o valor da Execução o principal, custas e despesas processuais, honorários e outros encargos incidentes sobre a condenação.

§ 5º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma revista nesta Lei.

§ 6º O titular da obrigação de pequeno valor poderá renunciar ao que exceder o valor da obrigação, observado o disposto no § 4º.

**Art. 2º** Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

**Art. 3º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de

60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor - RPV), devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

**Art. 4º** Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal, observado o disposto nos SSSS 4º e 6º do artigo 1º.

**Art. 5º** Para o cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

**Art. 6º** Fica revogada a Lei Municipal nº 263/2007.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Roxa - Paraná, Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de setembro de 2010.

DONALDO WAGNER  
Prefeito Municipal